



25 ABRIL

O Jornal **pombal**
tem o patrocínio do



INSTITUTO PORTUGUÊS
DO DESPORTO
E JUVENTUDE, I. P.



miravet
PRODUTOS PARA AGRICULTURA E PECUÁRIA, LDA.

Loja 1: Rua da República nº107 • tel. 278 263 263 • fax 278 262 628 • 5370-347 MIRANDELA
Loja 2: Rua de Stº António • Tel/Fax 278 616 515 • 5140-095 CARRAZEDA DE ANSIÃES
ARMAZÉM: Cruzamento de S. Salvador • Tel. 278 262 855 • 5370 MIRANDELA
E-mail: geral@miravet.eu - www.miravet.eu



syngenta
Carmo



STIHL
HONDA



DELÍCIA DE ANSIÃES

Rua Jerónimo Barbosa | 5140-077 Carrazeda de Ansiães

965 307 759 278 108 717

Fabrico Próprio

- ✓ Bolos de Casamento
- ✓ Batizado
- ✓ Aniversário
- ✓ Pastelaria Variada
- ✓ Variada gama de pão
- ✓ Fofos
- ✓ Pizzas
- ✓ Cachorros
- ✓ Hamburger



DOCES DA PURI

Puri Fernandes

Beco do Jaime, 30
5140-182 Parambos
Carrazeda de Ansiães
Trás-os-Montes

Tel.: 278 685 233

E-mail: dapuri@hotmail.com

<http://docesdapurieetc.blogspot.com/>

<http://www.facebook.com/DocesdaPuri>



DECAR
Móveis / Carpintaria

Decar, Moveis e Carpintaria

Cozinhas | Quartos | Salas

Parquet flutuante | Soalhos | Forros

Todo o tipo de mobiliário por medida

Loja e Exposição

Rua Tenente Aviador Melo Rodrigues n.85 R/C
Carrazeda de Ansiães

Celestino Araújo Alves

278615060 | 961867993 | 912093010

Rua Tinta Barroca n.º 74 | 5140-353 Carrazeda de Ansiães



JMLIMA
soc. mediação de seguros

José Lima

TM.: 91 943 55 56

jmlima.seguros@sapo.pt

www.jmlimaseguros.com

Rua Bombeiros Voluntários, 196
5140-060 CARRAZEDA DE ANSIÃES
T.: 278 616 218 F.: 278 617 953

Quintinha do Manel

Rua Tenente Aviador Melo Rodrigues
Carrazeda de Ansiães

Restaurante, Pensão / Residencial

278617487

InfoPrint

Informática e Publicidade

Assistência Técnica, Material e Suporte Informático
Centro de Cópias, Design Gráfico & Publicidade
Sistemas de faturação

☎ 278 099 116 - 938 724 712

✉ infoprint.crz@gmail.com

📘 [infoprintcarrazeda](http://infoprintcarrazeda.com)

📍 Praça D. Lopo Vaz de Sampaio n.º 50 R/C
Carrazeda de Ansiães

FICHA TÉCNICA

Nome
O Pombal

Propriedade
Associação Recreativa e Cultural
de Pombal de Ansiões

Nº de Pessoa Coletiva
500 798 001

Publicação Registada na D.G.C.S.
122017

Depósito Legal
129192/98

Diretor
Hélder Fernandes

Paginação e Composição
Infoprint - Informática e Publicidade (Cª de Ansiões)

Redação e Impressão
Largo da Igreja, 1 - Pombal de Ansiões
5140-222 Pombal CRZ
Telef. 278 669 199
E-mail: jornalopombal@gmail.com
jornal@arcpa.pt

Home Page
<http://www.arcpa.pt>

SEDE DO EDITOR
Sede da ARCPA
ESTATUTO EDITORIAL
www.arcpa.pt

Redatores
Hélder Fernandes; Pedro Carvalho

Fotografia
Fernando Figueiredo; Fernanda Natália; Hélder Fernandes
Eduardo Pinto; André Santos

Colaboradores
Eduardo Pinto; Hélder Fernandes; Carlos Fernandes;
Flora Teixeira; Manuel Barreiras Pinto; Adriana Teixeira;
Susana Bento; Matilde Teixeira; Hermínia Almeida;
Fernando Figueiredo; António Cunha; Paulo Afonso;
Nuno Magalhães; José Alberto Gonçalves e Pedro Carvalho.

(Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores)

Tiragem Média
500 Exemplares

Preço
O jornal O POMBAL é gratuito para os
residentes em Pombal de Ansiões
Assinatura Anual (Sócios)
Portugal: 8,00 Euros;
Europa: 18,00 Euros;
Resto do Mundo: 25,00 Euros
Assinatura Anual (Não Sócios)
Portugal: 12,00 Euros; Europa: 25,00 Euros;
Resto do Mundo: 35,00 Euros

Pontos de Venda
Sede da ARCPA (Pombal);
Papellaria Horizonte; Ourivesaria Cardoso;
Papellaria Nunes
(Carrazeda de Ansiões)
Livraria/Papellaria CLIP (Vila Flor)

FUNDADO EM 1 DE JANEIRO 1997

EDITORIAL



Hélder Fernandes

25 ABRIL

Era uma vez um país pobre, triste, cinzento ... feito de gente corajosa, determinada, inteligente, honrada, sem oportunidades e com grau enorme de analfabetismo.

As finanças do país atravessavam uma grave crise e a população tinha grandes dificuldades económicas. A agitação social era enorme, o que resultou na revolta de 28 de Maio d 1926. Após esta revolta estabeleceu-se a ditadura militar que suspendeu as liberdades individuais. Nessa altura foi nomeado para ministro das finanças o Sr. Doutor Oliveira Salazar, destacada inteligência dos meios universitários. Pouco depois quando passou a Presidente do Concelho de Ministros , impôs uma feroz ditadura autoritária e repressiva (1933).

Pelo meio houve a II Guerra Mundial (1934-45) aquela desgraça com consequências devastadoras.

No final da mesma as várias nações europeias começaram a dar a independência às suas colónias em África, mas Portugal não. Pouco tempo depois, nas nossas províncias Portuguesas surgiram movimentos armados de libertação para onde foram mandados as nossas tropas, iniciando-se a Guerra do Ultramar (1961-74), que vitimou muitos militares, a nossa juventude.

Também se criaram no país desequilíbrios injustos, porque a vida da população urbana melhorou após a II Guerra Mundial e a das populações mais rurais estagnou ou piorou.

É que foram impostos preços baixos aos produtos agrícolas. Era um desalento nas aldeias. A pobreza grassava. Havia muita miséria, não havendo dinheiro para nada. Por isso as populações rurais começaram a abandonar a terra e, em número cada vez maior, emigraram para as grandes cidades portuguesas ou para o estrangeiro. Nessa altura, Lisboa cresceu exageradamente, com uma população económica e socialmente frágil. O estrangeiro recebeu em 20 anos cerca de 1 milhão de braços portugueses e a mão de obra especializada rareou.

Esta situação marca o início de um grande enfraquecimento de coesão e descaracterização da realidade portuguesa. Nas aldeias ficavam os avós com os netos. Os pais partiam em condições degradantes. Atravessavam a fronteira «a salto» andando noite e dia por trilhos de montes e serranias até encontrarem os “passadores” que cobravam uma pequena fortuna para os encaminharem para os lugares combinados. E ainda sujeitos a delatores. Quantas vezes não corria bem! Na calada da noite partia muita gente, com o coração apertado, mas com a enorme esperança de uma vida melhor.

E assim ia Portugal... Não havia políticas de desenvolvimento económico. Ao nível da educação, cultura, saúde, segurança social... tudo era precário. A polícia política (P.I.D.E.) infiltrava-se por todo o lado para apanhar em flagrante aqueles que conspiravam contra o regime. Levavam-nos «não sei para onde». Era assim que as pessoas diziam. Mas Peniche, Caxias ou Tarrafal em Cabo Verde esperavam por eles.

Finalmente no dia 25 de Abril de 1974, o vitorioso dia aconteceu. Um grupo de militares, os famosos Capitães de Abril, apoiados por uma multidão destemida com cravos vermelhos nas mãos, derrubaram a ditadura que nos oprimiu ao longo de 40 anos. Esta data é um facto histórico da Nação. E dos mais significativos da vida de Portugal.

Os anos que a democracia já conta (apesar dos defeitos) mudou completamente a vida dos portugueses. Devemos ter orgulho neste nosso Portugal «á beira mar plantado».

OURIVESARIA CARDOSO

de

José Alberto Pinto Pereira

Rua Luís Camões
Telef. 278 617 284 - 5140 Carrazeda de Ansiães



GABINETE DE PROJETOS

Tlf.: 278 610 040

Tlm: 917 838 018

vanguardalda@gmail.com

Delegado Centro Sul (Coimbra)

Arq. Jaime Veiros Tlm.: 917837198

Rua Nova da Telheira, 166 - 510-061 Carrazeda de Ansiães



RÁDIO ANSIÃES, C.R.L.

Rua Tenente Aviador Melo Rodrigues
5140-100 Carrazeda de Ansiães

Internet: www.radioansiaes.pt

E-mail: geral@radioansiaes.pt

Dep. Comercial: 910 043 373

Participar nos programas:

Telefone: 278616295

SMS: 912217320

musica@radioansiaes.pt

Publicidade:

910043373

278616365

Email: geral@radioansiaes.pt

A Rádio Ansiães apoia a ARCPA, ciente da colaboração
no progresso do concelho de Carrazeda de Ansiães.

Ex.mo(s) Senhor(es) Associados/Assinantes

Caso pretendam receber o jornal, deverão recortar/copiar e preencher a Ficha de Assinatura abaixo e enviá-la para a ARCPA, com o respectivo meio de pagamento ou comprovativo de transferência bancária dos valores indicados, para as seguintes contas:

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo (C.a Ansiães)

IBAN - PT50 0045 2190 40052054541 39

JORNAL O POMBAL

FICHA DE ASSINATURA

NOME - _____

MORADA - _____

LOCALIDADE - _____ CÓD. POSTAL - _____ - _____

PAÍS - _____

SÓCIOS ARCPA

Assinatura anual

8,00 Euros PORTUGAL

18,00 Euros EUROPA

25,00 Euros RESTO DO MUNDO

NÃO SÓCIOS

Assinatura anual

12,00 Euros PORTUGAL

25,00 Euros EUROPA

35,00 Euros RESTO DO MUNDO

ENVIO CHEQUE No _____ BANCO _____

VALE POSTAL No - _____

ou comprovativo de transferência bancária com a identificação do assinante

DATA - ____ / ____ / ____ Assinatura - _____

Envie para: Jornal O POMBAL * Largo da Igreja, 1 POMBAL

5140-222 POMBAL CRZ - CARRAZEDA DE ANSIÃES

Obs.: O pagamento deverá ser efectuado no início de cada ano.

CONTACTOS ÚTEIS

Carrazeda de Ansiães

Câmara Municipal:

Telef. 278 610 200 Fax. 278 616 404

Bombeiros Voluntários:

Telef. 278 616 104 Fax. 278 615 186

Guarda N. Republicana:

Telef. 278 610 020

Centro de Saúde (Urgência):

Telef. 278 610 050 Fax. 278 616 706

Sta Casa da Misericórdia (Lar de Idosos):

Telef. 278 616 747 Fax. 278 616 748

Águas de Carrazeda (Serviços de Águas e Saneamento):

Telef. 278 617 736

Farmácia Rainha:

Telef. 278 616 250

Farmácia Veiga:

Telef. 278 617 119

Caminhos de Ferro (Estação de Tua):

Telef. 278 685 177

Direcção Regional de Agricultura:

Telef. 278 616 361

Escola de Condução:

Telef. 278 616 278

Escola E-B-2,3 (Escola Secundária):

Telef. 278 618 190 Fax. 278 618 198

Centro Regional de S. Social:

Telef. 278 616 147 Fax. 278 616 251

Conservatória Predial e Civil:

Telef. 278 616 164 Fax. 278 615 327

Cartório Notarial:

Telef. 278 616 141

Serviço de Finanças:

Telef. 278 616 236

Tesouraria da Fazenda Pública:

Telef. 278 616 461

Centro Social e Paroquial de Pombal (Lar de Idosos):

Telef. 278 669 315



BORGES PINTO & FERREIRA, LDA.

Confeitaria e Pastelaria, Restaurante
Snack-Bar, Salão de Chá e Café

Rua do Campo Alegre, 654
Telefone 226 068 646
4150-171 PORTO



Largo do Chafariz - 5070 Alijó
Telef. 259 956 691

Rua Luís de Camões, 791 - 5140 Carrazeda de Ansiães
Telef. 278 616 335

Av. das Amoreiras, 130 - 5370 Mirandela
Telef. 278 265 213
Telem. 912 224 418



Regulamento Cedência do Salão

Sócio(a) / Filho(a) de Sócio(a) / Cônjuge

Dias	Salão	Loiças	Cozinha	Salão / Loiças / Cozinha
1	40€	15€	30€	75€
3/4	100€	40€	80€	200€

Não Sócio(a)

Dias	Salão	Loiças	Cozinha	Salão / Loiças / Cozinha
1	80€	30€	60€	150€
3/4	200€	80€	150€	300€

Obs: Para este efeito, as regalias de sócio, adquirem-se desde que se seja sócio(a) há mais de um ano, na data do pedido.

O sal o deverá ser sempre pedido por escrito, com uma antecedência adequada.

Para casamentos, principalmente no Ver o e datas festivas, a antecedência deverá ser, no m nimo de três meses,

Os pedidos ser o objecto de aprecia o e decis o, por ordem de chegada. Sempre que os pedidos sejam coincidentes, os sócios ter o preferência sobre os n o-sócios.



Colaborar & Realizar

ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO AGRICULTOR

- ☒ Projectos Agrícolas / Investimento
- ☒ Contabilidade
 - ☒ - Organizada
 - ☒ - Simplificada
- ☒ IRS
- ☒ Sala de Parcelário
- ☒ Pedido Único / Subsídios Agrícolas
- ☒ Licenciamentos
- ☒ Globalgap
- ☒ Serviços de Apoio Técnico
- ☒ Análises de Água, Solo e Foliaves
- ☒ Outros Serviços

Em Carrazeda de Ansiães, no largo do toural (junto ao depósito de água)
Telf: 938199258

O NOVO TALHO NOVO



talhonovo@hotmail.com
Carrazeda de Ansiães

Visite o nosso site
www.arcpa.pt

SERRALHARIA A NOVA
DE: Albino Augusto Carvalh
— FERRO E ALUMÍNIO —

ZONA INDUSTRIAL, LOTE 6 * Telef/Fax 278 615 268
TElM: 917 601 847 * 5140-105 CARRAZEDA DE ANSIÃES



Prevenir para não tratar

Dr. Paulo Afonso

Médico Veterinário

Portugal tem um surto de Sarampo, com mais de 100 casos diagnosticados, e temos sido bombardeados com notícias e debates sobre a obrigatoriedade ou não da vacinação. Sejam claros, a vacinação é a melhor forma de prevenir doenças, protegendo-nos enquanto indivíduos e comunidade. E não é diferente com os nossos amigos de quatro patas.

A vacinação dos companheiros de quatro patos permite que eles sejam saudáveis durante mais tempo e possam fazer parte das nossas famílias mais anos, fingindo algumas doenças graves que podem inclusive implicar a morte dos nosso patudos (mesmo com tratamento).

Porquê? Porque a vacinação treina o exército (sistema imunitário) que os protege. Um verdadeiro treino especializado que cria unidades especiais para combater as doenças que os podem afetar. Essas tropas estarão na linha da frente a combater e a evitar que o seu patudo fique doente. Mas vacinar o seu cão ou o seu gato não o protege só a ele, protege-o também a si. Há doenças que são transmissíveis aos humanos (as chamadas zoonoses), onde se destaca a raiva, uma doença mortal para os humanos e que, por isso, é de vacinação obrigatória nos cães, embora não existam registos oficiais de raiva em Portugal desde 1956.

Embora não seja obrigatória, a vacinação contra as outras doenças acaba por ser de extrema importância. É um pequeno investimento que deve ser iniciado às 6 semanas de vida do seu cachorro ou do seu gatinho, mas que lhe poupará outros gastos com doenças e evitará tristezas. O seu companheiro ficará imune às doenças que mais frequentemente o poderiam afetar.

No caso dos cães, estamos a falar da raiva (vacinação obrigatória), esgana, da hepatite

infecciosa, da parvovirose, da parainfluenza, leptospirose e leishmaniose. Nos gatos, falamos da herpesvirose, calicivirose, clamidiose, panleucopénia, leucemia e também da raiva. Uma série de doenças graves que podem por em risco a vida do seu fiel amigo.

Mas, e se o seu amigo não sai de casa? Está protegido ou precisa de ser vacinado? Claramente, precisa de ser vacinado, porque apesar de ele não sair de casa os vírus são muito resistentes e muitos deles somos nós a levá-los da rua para casa, na roupa, nos sapatos, sendo responsáveis pela transmissão da doença.

Vacinar o seu amigo de quatro patas poupa-lhe idas ao Médico Veterinário, dias de tratamentos, internamentos, gastos e mais gastos, e, muitas vezes, a morte. Mas, ao vacinar o seu fiel amigo, está também a proteger os outros cães e gatos que vivem na nossa comunidade. Está a contribuir para erradicar doenças e está a proteger-se a si!

Por isso, se ainda se questiona se deve ou não vacinar o seu patudo... sim, sim e sim! No que toca à saúde dos nossos amigos de quatro patas mais vale vacinar, porque é melhor prevenir do que tratar..





A culpa casada ou solteira...

Manuel Barreiras Pinto

Porque a culpa ninguém a quis, solteira viveu, até morrer naquele dia numa triste confissão de culpa. Tive culpa dizias com ar triste e melancólico, com meio sorriso de esperança e, luz nos olhos irrequietos. Esperavas ser remida daquela suposta culpa, naquele dia.

Porque a culpa não era tua, nem foi minha. Então? Talvez, por confiar demais em mim, pois acreditei na força que julgava possuir. A culpa não é minha, não é tua, não é de ninguém. É o escape da explosão de consciência, do que se não fez e devia fazer, da recriminação do que foi feito.

Oh! Não liguês, sossega teu espírito inquieto, e nunca peças desculpa, porque amar é nunca ter de

dizer desculpa. O passado com seus erros, que importância pode ter? Não é com o passado que se constrói o futuro, mas é com a experiência dos seus erros!...

Porque se errar é humano, reconhecer os erros, é meio caminho andado. O presente consciente, é a melhor arma para o futuro e ajuda. Sê consciente e luta, porque a culpa não é nada. O futuro é uma incógnita de ilusões, que vai além da realidade. Que culpa tem o menino hoje, homem amanhã, de sofrer, de viver uma vida que não quer? A culpa é um sentimento mesquinho de pessoas preocupadas com a razão de viverem.

INDECISÃO

Òh, quão penosa é a vida
Quando os anos passam, as dúvidas surgem
E, a luta prossegue dura, implacável...
Lutar, sobreviver a todos os problemas.

O momento da decisão chegou
Não há fugas...
O amor próprio cedeu, quebrou
Dissiparam-se todas as dúvidas.

Cansado de chorar e sofrer
Pedindo humilde, á vida perdão...
Pois sou jovem, quero viver.

Quero carinho, quero amar
Calar com amor o coração
Sofri tanto, que não sei chorar...



Pedido de Desculpas

Na condição de Diretor deste Jornal, venho através deste meio e neste espaço, com humildade, fazer um pedido de desculpas à família da saudosa conterrânea Otilia de Jesus Nicolau, sócia número 599, pela omissão de comunicar, através do Jornal da Associação "O Pombal", o seu falecimento, no dia 20 de Setembro de 2017, com 86 anos. Pelo incómodo, solicito a compreensão da família, amigos e conterrâneos.

Cordiais saudações de Hélder Fernandes



Escola 4.0

Nuno Magalhães

A Educação é (e será) o pilar central de uma sociedade e da evolução dos países.

O ensino e a qualidade do ensino estão intimamente ligados aos níveis de desenvolvimento dos países. É através da educação que surge a inovação e, por sua vez, o desenvolvimento através do conhecimento e da investigação. Contudo, quando falamos de desenvolvimento, ou, neste caso, da falta dele, poucas são as vezes em que olhamos para esta base e tentamos reformá-la, desenvolvê-la, evolui-la. Assim, atualmente, vivemos o paradoxo de estarmos a caminhar, a passos largos, para uma sociedade 4.0 e a nossa Escola – nos seus traços fundamentais – ainda adotar métodos de aprendizagem de uma Escola 1.0.

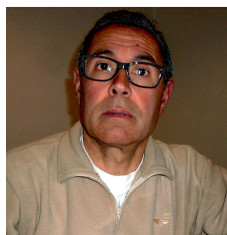
Vivemos presos aos métodos tradicionais de ensino, com um professor a declamar matérias para os nossos alunos, sem percebermos que vivemos num mercado global, que exige dotarmos as nossas crianças com outros tipos de conhecimentos e “skills”. O nosso sistema educacional tem de se modernizar, introduzindo as novas tecnologias como uma ferramenta de aprendizagem; os currículos têm de se reformular, dando novas e variadas competências aos nossos jovens; e as metodologias de ensino têm de ser mais apelativas, estimulando a pesquisa, a autoaprendizagem e a curiosidade dos nossos alunos. Só desta forma, só evoluindo, conseguiremos garantir melhores perspetivas de futuro para as novas gerações.

É, portanto, incontornável que temos de repensar o Ensino e a Escola. A evolução das sociedades assim nos obriga e, como tudo à nossa volta evolui constantemente, a Escola não pode permanecer estagnada, fechada numa redoma de vidro sem dar aos alunos as competências base de que necessitam para construir a sua vida, alcançarem o sucesso profissional e atingirem a sua independência e autodeterminação. Torna-se, portanto, necessário reformularmos os nossos currículos escolares, introduzindo novas matérias e novas competências. Além do assegurar das hard skills, algo que tem sido cumprido até ao momento, a escola tem de começar a promover as chamadas softs skills dos nossos alunos. Estas softs skills passam pelo trabalhar das

competências de comunicação, de liderança, de motivação, de relacionamento interpessoal, de trabalho em equipa, de gestão do tempo e dos valores e ética. Atualmente, são as softs skills que acabam por ter um papel preponderante na diferenciação e afirmação de um jovem no mercado de trabalho, pelo que, não podemos deixar de as inserir no nosso fluxo de aprendizagem.

Outra componente importante é a digitalização das nossas escolas. Hoje em dia, o acesso às novas tecnologias, a utilização de smartphones, tablets e computadores, e a utilização da Internet como ferramenta de trabalho, são extremamente comuns. No entanto, nas nossas escolas, estes não têm sido incluídos como ferramentas de aprendizagem, sendo considerados apenas fatores/meios de distração dos alunos. Temos de utilizar a tecnologia a nosso favor, temos de usar a internet como uma ferramenta de pesquisa, de estímulo à curiosidade e que motive a autoaprendizagem. Não podemos, nem devemos, esconder-nos das novas tecnologias, devemos, sim, utilizá-las a nosso favor, para potenciar a aprendizagem das nossas crianças. Por isso, é com bastante naturalidade que vejo que, gradualmente, sejam introduzidos manuais escolares digitais, que se introduza a aprendizagem de programação, no ensino básico, e que sejam criadas novas salas de aula, capazes de potenciar a auto-motivação e a autoaprendizagem, e que utilizem as novas tecnologias como veículos de aprendizagem.

Vivemos um novo paradigma na aprendizagem e no ensino. Não podemos, portanto, continuar a fechar o ensino dentro da sua bolha, sem o refundar, reformular e redescobrir. Não podemos esperar que, numa sociedade futurista, os métodos tradicionais assegurem os mesmos bons resultados de há 20/30 anos. Temos de preparar as nossas gerações para a evolução dos empregos e para as novas necessidades dos mercados, fruto da robotização e automatização. Não podemos esconder-nos ou negar a evolução porque o futuro não espera e encontra-se já ao virar da esquina. Precisamos, hoje, de um upgrade do Ensino, precisamos de uma Escola 4.0.



Uma situação irreparável...!

José Alberto Gonçalves

Começo por dizer que gosto muito da minha terra, gosto muito de ser transmontano, enfim vivo num concelho de excelência, mas em contraditório, fico triste pelo que por cá se passa, tudo por culpa do poder local, interesses, enfim chamem-lhe o que quiserem, mas admitam que estão a fazer pouco, e a descapitalizar um património, que é único.

Tínhamos tudo para sermos os melhores, os que poderíamos ter a melhor qualidade de vida, enfim, viver no paraíso e assente num turismo promissor, fixar uma boa parte da juventude, que a médio prazo faria da nossa vila, do nosso concelho, da nossa aldeia uma terra de futuro. As vinhas durienses, as paisagens “selvagens” do rio tua, a beleza incomparável dos nossos monumentos, fariam com que pudéssemos ser visitados por curiosos, que nos honrariam com a sua visita.

O nosso comércio poderia desenvolver-se e tudo seria normal, não fosse a displicência do poder local. Não falo por falar, é mesmo displicência dos nossos governantes locais, que não defendem como seria seu dever, pois para isso os elegemos. Falemos só de um dos empreendimentos que, ainda ninguém provou o seu contributo para o desenvolvimento local, regional até, refiro-me à barragem de Foz-Tua. O que lucrou o concelho no geral e a aldeia de Foz-Tua, a paisagem, os terrenos envolventes. Aquilo que vemos é aldeias a ser “vigiadas” por LMAT (linhas de muita alta tensão, que além de perturbarem toda uma vida ímpar que se podia sentir nessas aldeias, ferem a “alma” de um qualquer ser humano.

Dizia-me um cidadão de uma aldeia onde os postes e as linhas sobrevoam, que no silêncio da noite, e com mais intensidade quando chove, o silêncio, a calma, é perturbada com o piscar e faiscar que se verifica entre os cabos que agora cruzam o céu. Aldeias que eram lindas, não só pela sua beleza, como também pela sua calma, pelo silêncio, pela paisagem, agora mais parecem uma teia de aranha

com efeitos especiais. Fala-se na navegabilidade do rio tua...veremos como diz o cego, pois se nos lembrarmos da tragédia que aconteceu ainda à bem pouco tempo com os peixinhos no local da aldeia do cachão, o ria tua vai ser uma baía de água verde e mal cheirosa que ninguém vai querer visitar e percorrer, nem de barco. E a paisagem? Alguém terá dúvidas que vai ser triste e melancólica.

Afinal para que é que se gastou tanto dinheiro na construção da barragem? benefício para quem? O centro Interpretativo do vale do Tua, instalado no cais do Tua, será que vale todo o sacrifício que se verifica no resto do concelho com a construção da dita barragem? A aldeia da Foz do Tua, já beneficiou de algum melhoramento?

Senhores autarcas, pelo menos uma vez na vida, parem para pensar em nós, deem-nos qualidade de vida, deem motivos aos jovens para se fixarem aqui e não os convidem a emigrar e/ou migrar.





Património e cidadania

Fernando Figueiredo

ARDER, CONSOME

- Sobre os Incêndios de 2017-

Falar sobre os incêndios não é nada agradável nem é tema sobre o qual eu possua grandes conhecimentos. De facto, o fogo nem sempre é reparador. Por vezes, mais parece apenas devastador. Sobre o assunto, tenho ouvido quem sabe, principalmente. Por isso, vou fazer uma reflexão e partilha como um cidadão que se interessa e se indigna.

Desde há alguns anos que a chamada época de incêndios se assemelhava a um tempo de guerra, pelos meios humanos e materiais mobilizados. Já parecia um conflito quase natural e inevitável, embora, por vezes, haja atingido grandes proporções e devastações.

Pelo número de vítimas causadas, pelos prejuízos materiais e pela vasta área ardida em muito pouco tempo, foi com grande estupefacção e angústia que a maior parte de nós acompanhou os terríveis incêndios de Junho e Outubro de 2017 e depara agora, com grande desolação, com devastação e imensas manchas de território ardido. É verdade que Portugal tem um clima de tipo mediterrânico e está sujeito a este flagelo, como acontece com a Espanha, França, Itália e Grécia, principalmente.

Vemos também que em vastas áreas de clima quente, quando a humidade é reduzida, como acontece nos Estados Unidos da América e na Austrália, por exemplo, há imensos fogos, atingindo vastas superfícies, provocando evacuações das populações e mortes, e muitos prejuízos materiais.

Entre nós, ainda que o fenómeno atinja sobretudo o Norte e o Centro do País, é um assunto que deve interessar ao todo nacional e que, como tal, tem que ser equacionado. De resto, o orçamento da Nação é que suporta a preparação dos agentes de

prevenção e combate e a sua manutenção, bem como a aquisição e o pagamento dos meios que se lhes destinam.

Os incêndios do último ano, com as suas terríveis consequências humanas e materiais, que não podem repetir-se, todos dizemos, apenas vieram colocar a descoberto uma série de problemas que, há muito se vinham a agravar e que têm a ver, principalmente, com a desertificação do interior, a diminuição de área cultivada, a inadequação de espécies vegetais e o desordenamento efectivo e notório de grandes parcelas do território nacional.

Este reconhecimento não iliba de algumas responsabilidades os agentes do Estado (Governo, Autarquias envolvidas, e Serviços de Protecção Civil e de Comunicações), pelas incompetências, desleixo, descoordenação, e abrandamento de vigilância e acção manifestados. Mas, em meu entender, há outras responsabilidades que, a vários níveis, também têm que ser atribuídas. Cada um que assuma as suas, não se venha dizer depois que falhámos todos, como meio de diluir responsabilidades, o que já vem sendo hábito, quando ninguém quer a culpa.

Nas imagens que nos chegaram a casa, vimos habitações, armazéns e cardanços de todo o tipo e feitio, de modo completamente desordenado e desprotegido, com silvas e mato até à entrada da porta e em seu redor.

Vimos montões e pilhas de lenha ressequida pelo calor do Verão, acumulada junto das ditas habitações e anexos vários, quantas vezes perto de veículos e materiais inflamáveis.

Vimos currais, onde o gado não estava bem protegido nem facilmente acessível para ser socorrido.

Vimos fábricas, algumas delas laborando com materiais combustíveis, cercadas de mata desordenada ou de espécies florestais altamente

inflamáveis, sem terem um sistema de defesa imediata contra fogos ou sendo este deficiente. Vimos restos de lenha secos, deixados junto de árvores e pinhais, em locais onde se procedeu a podas ou cortes.

Houve pastores e proprietários que, por desleixo ou pensando nos seus interesses imediatos, atearam fogo a terrenos e detritos, provocando incêndios nas redondezas.

Houve proprietários que, por incúria ou pirraça, durante anos, não cortaram a mata que podia colocar em perigo a casa do vizinho.

É preciso que estes e outros comportamentos mudem radicalmente no conjunto do País, para que a incúria de uns não agrave o que são imprevistos que, já de si, podem causar tantos problemas e devastação.

O facto de estar calor, por si mesmo, não causa fogos. O que acontece é que tal situação apenas propicia alguns fenómenos naturais (quedas de raios e sobreaquecimento de alguns materiais inflamáveis), que são causas diminutas em tamanha quantidade de ignições com que temos sido confrontados.

É claro que há pirómanos e outros agentes que, por sua iniciativa ou a mando de outros, têm provocado tantos crimes e devastação, estando alguns a contas com a justiça, mas escapando-se outros a tempo.

Fez bem o Governo em assumir as suas responsabilidades no que aconteceu o ano passado.

Parece que serviu de lição e a preparação em meios humanos e materiais, e de coordenação, está a ter este ano outra dimensão, esperando-se que adequada. Também a legislação e as medidas sobre a protecção das habitações, dos itinerários e das florestas parecem vir no melhor sentido.

Fez ainda bem o primeiro-ministro ao chamar a atenção para os deveres cívicos de cada um, no sentido de todos colaborarem numa tarefa que é do interesse geral. De facto, o Estado não pode fazer tudo, desde a porta da nossa casa às florestas mais inacessíveis e desordenadas. Por isso, a partir de agora, perante incúria e desleixo comprovados, os apoios do Estado não poderão ser os mesmos. Cada um tem que arcar com a sua responsabilidade e inerentes consequências. É uma questão de justiça e civismo.

Soube-se, recentemente, que as empresas de meios aéreos se entenderam para fixar preços altos, de modo a extorquir do Estado avultadas e exageradas verbas, de modo a garantir a cobertura pretendida no combate aos fogos. A isso, o primeiro-ministro chamou tentativa de capturar o Estado, avisando e muito bem, que não o permitiria, como lhe compete. Espero que esse processo seja ultrapassado com realismo e decência.

Soube-se também, que o Pinhal de Leiria - uma extensa e multissecular mata do Estado -, que em 2017 ardeu em cerca de 80%, terá sido vítima de um fogo preparado, organizado e despoletado por um grupo de empresários, com interesses ligados ao negócio da madeira e sua transformação.

Bem parecia que este e outros incêndios, num total impressionante, aproveitando condições atmosféricas únicas e ideais para uma catástrofe, principalmente em Outubro, tinham organização e propósitos definidos, até talvez políticos. Espantou muita gente a conjugação terrível de tantas coincidências. Quase nos faz arrepiar, pensando que há quem tenha coragem para preparar e embarcar em tais acções.

Se tal crime e outros em investigação vierem a confirmar-se, espero que a justiça tenha para com eles mão pesada, como normalmente se exige para com outros agentes que os ateiam, por vezes bem mais inocentes, mas também criminosos.

Todos nós prezamos o que é nosso e não gostamos de vê-lo desaparecer assim. Muitas vezes, é o trabalho, o esforço e a poupança de uma vida! Por isso, temos que nos organizar e contribuir para que não voltem a acontecer tragédias destas... Vamos ver também se os agentes dos vários serviços envolvidos conseguem ser mais eficazes na prevenção e no combate a esta praga que nos empobrece, individual e colectivamente, e nos entristece e deprime.

Que cada um faça a sua parte...





Conservatória dos Registos Civil, Predial e Comercial e Cartório Notarial
de Carrazeda de Ansiães

CERTIDÃO

Certifico, para fins de publicação, nos termos do artº. 100.º do código do notariado, que por escritura de justificação notarial, outorgada neste cartório notarial, em 13/04/2018, lavrada a partir de folhas 90 do respetivo livro de notas número oitenta e nove C,

José António Moutinho, NIF 144 908 018, e mulher **Helena de Jesus Coelho**, NIF 192 505 688, casados sob o regime da comunhão de adquiridos, naturais ela da freguesia de Parambos, concelho de Carrazeda de Ansiães, e ele da freguesia de Linhares, concelho de Carrazeda de Ansiães, onde residem em Arnal, Rua da Cruz, declararam:

-----Que, com exclusão de outrem, são donos e legítimos possuidores de um **prédio rústico** composto de terra de cereal e pinhal, sito nas Barrocas, **freguesia de Linhares, concelho de Carrazeda de Ansiães**, inscrito na respetiva matriz sob o artigo 117, com o valor patrimonial para efeitos de IMT de € 127,77, a que atribuem igual valor, ainda não descrito na Conservatória do Registo Predial de Carrazeda de Ansiães, com a área de dois mil e seiscentos metros quadrados, a confrontar do norte com caminho, do poente com Ernesto do Nascimento Ribeiro, do sul com António Manuel Gonçalves e do João António Lima.-----

-----Que entraram na posse do referido prédio, *já no estado de casados*, por partilha verbal por óbito de António José Moutinho e mulher Carlota Amália, que foram casados e residentes no dito Arnal, partilha essa feita em dia e mês que não podem precisar, do ano de mil novecentos e noventa e dois, e que nunca foi reduzida a escritura pública.-----

-----Que, deste modo não possuem título formal que lhes permita registar na aludida Conservatória do Registo Predial o identificado prédio, todavia, desde o citado ano, data em que se operou a tradição material do prédio, eles justificantes, já possuem, em nome e interesse próprios, o prédio em causa, tendo sempre sobre ele praticado todos os atos materiais de uso e aproveitamento agrícola, tais como, amanhando-o, semeando-o, cultivando-o, colhendo os produtos semeados, aproveitando, assim, dele todas as suas correspondentes utilidades, agindo sempre como seus proprietários, quer na sua fruição, quer no suporte dos seus encargos, tudo isso realizado à vista de toda a gente, sem qualquer ocultação, de forma continuada, ostensiva e ininterrupta desde o seu início, sem qualquer oposição ou obstáculo de quem quer que seja e sempre no convencimento de o fazerem coisa própria, tendo, assim, mantido e exercido sobre o identificado prédio, durante mais de vinte anos e com o conhecimento da generalidade das pessoas vizinhas, uma posse pública, pacífica, contínua e em nome próprio, pelo que adquiriram o citado prédio rústico por **usucapião**, que expressamente invocam para justificar o seu direito de propriedade para fins de primeira inscrição no registo predial, direito esse que pela sua própria natureza não pode ser comprovado por qualquer título formal extrajudicial.---

-----Extraí a presente certidão de teor parcial que vai conforme o seu original, e na parte omitida nada há em contrário que amplie, restrinja, modifique ou condicione a parte transcrita.

13.04.2018. A Conservadora,

(Ana Paula Pinto Filipe da Costa) Conta registada sob o n.º 135.

Jornal "O Pombal" nº256 - 20 de abril de 2018

CARTÓRIO NOTARIAL ALAMEDA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

NÚMERO 8

MACEDO DE CAVALEIROS

Notária Lic. Ana Maria Gomes dos Santos Reis

---- Certifico para efeitos de publicação que por escritura lavrada neste Cartório Notarial no dia vinte e oito de março de dois mil e dezoito, no livro de notas trezentos e trinta e seis traço A com início a folhas vinte e seis **MARIA DO AMPARO RAMIRES CABRAL** (N.I.F. 197 348 696) e marido **FRANCISCO CARVALHO DA ASSUNÇÃO ALA** (N.I.F. 199 871 612) casados sob o regime da comunhão de adquiridos, naturais, ela, da freguesia de Pereiros, concelho de Carrazeda de Ansiães, ele, da freguesia e concelho de Vila Flor, residentes na Rua Engº Trigo de Moraes, nº19, em Vila Flor, declararam que com exclusão de outrem são donos e legítimos possuidores do seguinte:-----

-----Prédio rústico composto de quintal, oliveiras, e videiras, sito no lugar de "Enchido do Cabeço", freguesia de **Pereiros**, concelho de **Carrazeda de Ansiães**, inscrito na matriz sob o **artigo 1.310**, com o valor patrimonial de 10,77€, a que atribuem igual valor, descrito na Conservatória do Registo Predial de Carrazeda de Ansiães sob o número seiscientos e três, freguesia de Pereiros.-----

-----Que apesar do citado prédio estar ali inscrito a favor de António Carlos da Silva Pinho Gonçalves Caiado, casado com Marta Cristina Machado da Costa Caiado, residente na Rua de Fundões, 697, Devesa Velha, 3700-121 Devesa Velha, São João da Madeira, pela apresentação sete, de vinte de dezembro de dois mil e cinco, o mesmo é pertença dos justificantes, porquanto.-----

---- Em dia e mês que não podem precisar, mas que foi há mais de vinte anos, os justificantes adquiriram o referido prédio, por doação verbal dos pais da requerente mulher, António Augusto Cabral e Maria do Céu Ramires Cabral, aquisição que ocorreu por volta do ano de mil novecentos e noventa e quatro, que nunca reduziram a escritura pública.-----

---- Que deste modo, desde essa data, os justificantes passaram a possuir o citado prédio, no gozo pleno das utilidades por ele proporcionadas, cultivando-o e colhendo os seus frutos, considerando-se e sendo consideradas como seus únicos donos, na convicção que não lesavam direitos de outrem, tendo a sua atuação e posse, sido de boa fé, sem violência e sem oposição, ostensivamente e com conhecimento da generalidade das pessoas que vivem na freguesia onde se situa o prédio e tudo isto por lapso de tempo superior a vinte anos-----

---- Que esta posse em nome próprio, pacífica, contínua e pública, desde há mais de vinte anos, conduziu à aquisição daquele prédio por usucapião que expressamente invocam, justificando o seu direito de propriedade para efeito do registo dado que esta forma de aquisição não pode ser provado por qualquer outro título formal extrajudicial.-----

---- Está conforme o original. Macedo de Cavaleiros vinte e oito de março de dois mil e dezoito.

A Notária Ana Maria Gomes dos Santos Reis

Conta registada sob o número 578/I

Jornal "O Pombal" nº256 - 20 de abril de 2018

CARTÓRIO NOTARIAL

Notária - CECÍLIA VAZ RIBEIRO

RUA DE SANTO ANTÓNIO - MIRANDELA

Certifico para efeitos de publicação que, por escritura de Justificação e Doação, lavrada neste Cartório Notarial, no dia cinco de Abril de dois mil e dezoito, com início a folhas Oitenta e oito do Livro de Notas para Escrituras Diversas número Oitenta-A, **JAIME DE JESUS VENDEIRO** (N.I.F. 141 027 924) e mulher **MARIA DE FÁTIMA PINHEIRO GARCIA GONÇALVES** (N.I.F. 176 124 691), casados sob o regime da comunhão de adquiridos, naturais, ele da freguesia de Vilarinho da Castanheira, concelho de Carrazeda de Ansiães, onde residem na Rua da Coleja, lugar de Pinhal do Douro e ela da freguesia de Bonfim, concelho do Porto, declararam:-----

---- Que com exclusão de outrem, são donos e legítimos possuidores de **um terço indiviso do prédio rústico**, composto por terra para centeio, terra com videiras, oliveiras e árvores de fruto e terra de pasto para gado com touças de castanho bravo, sito no lugar de Vale Ladrão, descrito na Conservatória do Registo Predial de Carrazeda de Ansiães sob o número **mil novecentos e quarenta**, da referida freguesia, a fracção sem titular registado, inscrito na matriz predial respetiva sob o **artigo 2786**, com o valor patrimonial correspondente de 24,99€, a que atribuem valor de QUATROCENTOS E NOVENTA E CINCO EUROS.-----

----Que são compossuidores deste prédio, na proporção de um terço indiviso cada, Cecília dos Anjos Fonseca, viúva, registada a aquisição a seu favor, na indicada proporção, pela inscrição Ap. Sete de dezoito de Outubro de dois mil e seis e herdeiros de Fernando Vendeiro, residente que foi em Pinhal do Douro, Vilarinho da Castanheira, Carrazeda de Ansiães.-----

---- Que a identificada fracção do mencionado prédio veio à posse e domínio dos justificantes, já no estado de casados, por doação verbal que lhes foi feita por David Paulino Vendeiro e mulher Maria da Encarnação de Castro, avós paternos do justificante marido, já falecidos, residentes que foram na freguesia de Vilarinho da Castanheira, concelho de Carrazeda de Ansiães, doação essa não reduzida a escritura pública, que ocorreu entre os interessados no ano de mil novecentos e noventa.-----

---- Que deste então e até hoje, seja, há mais de vinte anos, são os justificantes que, juntamente com os identificados compossuidores e sem oposição de quem quer que seja, possuem o mencionado prédio, o utilizam, cultivando-o, limpando-o, colhendo os respetivos frutos, usando e fruindo de todas as utilidades proporcionadas pelo mesmo, considerando-se e sendo considerados como seus únicos donos, na convicção de que não lesam quaisquer direitos de outrem, tendo a sua atuação e posse sido de boa fé, sem violência, sem interrupção e à vista da generalidade das pessoas que vivem na freguesia onde se situa o prédio.-----

---- Que essa posse em nome próprio, pacífica, contínua e pública, desde há mais de vinte anos, conduziu à aquisição do mencionado prédio por usucapião, que expressamente invocam, justificando o seu direito de propriedade para efeitos de registo predial, dado o modo de aquisição não poder ser provado pelos meios extrajudiciais normais.-----

A Colaboradora, Ana Rita Alexandre Rodrigues, devidamente autorizada para a prática do presente acto, pela titular do Cartório Cecília Maria Vaz Ribeiro, conforme publicitação no sítio da Ordem dos Notários em 24/01/2018, com o número 376/11.

Conta registada sob o nº467



Crónicas de uma Pombalense

Hermínia Almeida

O concelho de Carrazeda de Ansiães em destaque na cidade de Lisboa

No passado dia vinte e dois de março decorreu, em Lisboa, a apresentação do livro – Carrazeda de Ansiães, Um Município do Douro – da autoria do nosso conterrâneo, Dr. Fernando Augusto de Figueiredo. Trata-se de um estudo bastante apurado sobre o nosso concelho que foi já oportunamente apresentado e divulgado na vila de Carrazeda.

O evento realizou-se na Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro (localizada nas imediações do Campo Pequeno), um local que eu desconhecia, mas, pelas condições que apresenta e atividades que desenvolve, muito deve honrar os transmontanos e gentes do Douro, em geral.

A apresentação do livro foi feita pela Dra. Edite Estrela, deputada à Assembleia da República e, também ela, uma genuína transmontana, uma vez que é natural de Belver, povoação do concelho de Carrazeda de Ansiães. Foi, aliás, a meu ver, uma brilhante apresentação da obra, tendo sido salientados os vários aspetos resultantes da investigação levada a cabo pelo autor, desde a análise demográfica e social, às características económicas e recursos naturais e ainda a referência a alguns aspetos culturais da região e outros dados relevantes.

De destacar que também marcou presença no evento, o Sr. Presidente da Câmara de Carrazeda de Ansiães, Dr. João Gonçalves, que se deslocou a Lisboa para assistir a esta apresentação e felicitar o autor.

Na assistência estiveram dezenas de pessoas com ligações a vários concelhos transmontanos e que, não esquecendo as suas raízes, quiseram aproveitar esta oportunidade para participar numa ação que contribuirá, certamente, para a valorização da nossa terra e do nosso património, mas, acima de tudo, para a preservação da memória histórica deste município da Região Demarcada do Douro.

Parabéns ao autor por mais um excelente trabalho de investigação, à semelhança do que já nos habituou. Esta obra revela muito tempo dispendido na consulta de fontes, muitas horas de análise e reflexão sobre os dados recolhidos e muita dedicação à tarefa de descobrir e conhecer as suas origens.





Crónicas de uma Pombalense

Hermínia Almeida

Convívio Pascal no Centro Social e Paroquial de Pombal de Ansiões

No Centro Social e Paroquial de Pombal de Ansiões a Páscoa chegou mais cedo. Foram muitos os familiares e amigos que responderam ao convite para se juntarem aos utentes e colaboradores do Centro com o objetivo de participarem nas celebrações pascais. E não é que foi uma agradável surpresa...!

Para assinalar a data festiva foi apresentada uma pequena peça de teatro alusiva à tradição pascal. O texto, mais uma vez, foi escrito de forma exímia pelo Dr. António Carlos Ramires e foi interpretado por um grupo de utentes e por alguns funcionários da instituição. Para abrilhantar a tarde, ainda foram declamadas poesias e cantadas algumas cantigas de antigamente. O ambiente geral foi de tranquilidade e de união.

No final da tarde fomos brindados com um belo repasto, à boa maneira transmontana, onde não faltou o bom folar como rei da festa.

Parabéns ao Centro Social e Paroquial pela bela iniciativa e pela forma calorosa como acolheu todos os presentes. Continuem a semear as boas práticas. Irão certamente colher sorrisos, simpatia e reconhecimento pela obra feita.





Os abonos para os deputados dos Arquipélagos

Rita Monteiro

Na última semana, foi divulgado pelo Jornal Expresso que os deputados da Madeira e dos Açores receberiam abonos para financiar despesas de transporte que nem sequer chegavam a realizar. A possibilidade de os deputados, eleitos para representar o povo, estarem a receber dinheiro indevidamente, embora não seja algo inaudito, gerou polémica nos meios de comunicação social. Mas, afinal, existem mesmo razões para se verificar tanto burburinho?

De facto, os deputados das ilhas acumulam o recebimento de dois apoios cujo fim é exatamente o mesmo: compensá-los pelos custos de deslocação entre as ilhas e o continente. O subsídio de mobilidade social é um destes apoios e, pelo que consegui apurar, é fornecido a qualquer residente ou estudante nos arquipélagos que viajem até ao continente. No Açores, o Estado reembolsa os as despesas acima de 134 euros, se forem residentes, ou acima de 99 euros, se forem estudantes; no caso da Madeira, os viajantes só pagam 86 euros, se forem residentes, ou 65 euros, se forem estudantes, até ao valor máximo de 400 euros. Tendo em conta apenas estes dados, não me parece errado que os deputados aфирam este valor, desde que a sua residência seja, efetivamente, nos arquipélagos.

O problema surge pelo facto de os deputados receberem, cumulativamente, um apoio da Assembleia República, também este para cobrir as despesas de transporte entre as ilhas e o continente, e que configura o valor de 500 euros semanais, mesmo que não realizem qualquer viagem.

Mas será correto receber dois apoios do Estado para financiar exatamente os mesmos custos? Não me parece que o seja, principalmente se considerarmos que este dinheiro sai dos bolsos dos portugueses.

Depois de ser divulgada esta calamidade, um deputado do Bloco de Esquerda demitiu-se, e alguns ainda nem sequer haviam dado resposta aos jornais que os questionaram acerca destas práticas. Mas o mais surpreendente disto tudo é mesmo o facto de alguns deputados que receberam os abonos em duplicado tenham vindo a público defender a sua conduta, argumentando que tudo é feito dentro do que está estabelecido na lei. Contudo, não acho que as leis sirvam de grande argumento dado que estas são aprovadas pelos próprios deputados, que são os seus principais beneficiários.

Ainda assim, é possível encontrar argumentos ainda mais ultrajantes vindos de Carlos César, presidente do PS, que, além de invocar o argumento da legalidade, ainda afirmou, em debate na SIC Notícias, que o financiamento das viagens é "eticamente irrepreensível". De acordo com o Presidente do Partido Socialista, como um dos apoios se deve ao facto de ser açoriano e o outro resulta de ser deputado, é aceitável receber ambos. Ora, a mim este argumento parece-me totalmente disparatado uma vez que se ambos os apoios têm como objetivo cobrir as mesmas despesas, então não faz qualquer sentido receber ambos. Além disso, não me parece razoável levar lições de Ética de um homem cujo filho, esposa, nora e irmão trabalham no setor público em funções para as quais não foram abertos concursos.

Em jeito de conclusão, resta apenas frisar que, caso estas situações não fossem divulgadas nos meios de comunicação social, os deputados sairiam perfeitamente incólumes e nem sequer haveria uma discussão acerca destes assuntos. Resta-nos apenas fantasiar acerca de quantos apoios em duplicado não serão atribuídos por este país fora e dos quais não temos conhecimento!



1,2 milhões de turistas navegam no rio Douro

Só cerca de 10% chegam à região onde se produz o vinho do Porto

Eduardo Pinto

É um número histórico: 1,2 milhões de turistas nos barcos e navios que subiram e desceram o rio Douro, em 2017. Porém, cerca de 90% dos cruzeiros são realizados na zona entre Porto e Vila Nova de Gaia. O resto é o que chega ao Alto Douro Vinhateiro Património Mundial.

Segundo a Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo (APDL), aquele número significa uma subida de 35% relativamente a 2016 e mais 77,7% que em 2015. Só que os cruzeiros entre as pontes e o tráfego local na Ribeira, no Porto e em Gaia, são os trajetos com maior procura.

A APDL prevê que seja ultrapassada a marca de 1,3 milhões até 2019. Quanto aos operadores, verificou-se um aumento de embarcações de 100 para 149 e 23 novas companhias juntaram-se às 38 de 2015. Reino Unido, Alemanha e França estão no pódio das proveniências, mas está a aumentar o número de brasileiros, escandinavos e norte-americanos.

Lothar, Helga, Gerd e Alice são apenas quatro alemães entre muitos milhares de turistas de várias nacionalidades que por estes dias se deliciam no Alto Douro Vinhateiro. “Primeiro com as paisagens fabulosas. Depois com os vinhos e a gastronomia”, diz Lothar, o único que entende e fala mais que o germânico.

É na esplanada do bar “Tou no Cais”, no Peso da Régua, a meia dúzia de passos do navio-hotel que os transporta, que saboreiam um branco da região. “O vinho tinto não me diz tanto e aqui o Gerd prefere vinho do Porto”, sorri o turista que chegou na passada quinta-feira ao Porto, e, pela primeira vez, quis ver o Douro vinhateiro.

Enquanto os quatro alemães comem e bebem naquele estabelecimento, há muitas dezenas a apanhar sol no convés de um outro navio ali estacionado. Segundo as estatísticas, fazem parte dos 10% de turistas (de um total de 1,2 milhões) que sobem o Douro navegável até à Régua.

Não é que o autarca do Peso da Régua, José Manuel Gonçalves, não goste de ver mais turismo a chegar ao cais da cidade, mas entende que “a região

também não quer o turismo de massas que o Porto está a ter”. É que, segundo o homólogo de Alijó, José Paredes, na vila do Pinhão “tem-se assistido a um 'boom' turístico que na época alta cria dificuldades de fornecimento de água e de recolha de lixo”. Não obstante, considera que “terão de ser os municípios a criar as infraestruturas necessárias para acolher o maior número de visitantes”.

José Manuel Gonçalves assiná-la que “o aumento do turismo no Douro vinhateiro é visível todos os anos”. A questão é que “não deixa aqui as mais-valias que todos gostariam”. Manuel Osório, que dirige os restaurantes Castas e Pratos e o SUS Douro, na Régua, afirma que se tem notado “maior afluência de turistas à região, mas longe do que se passa no Porto”. “Nem queremos”, sublinha, realçando também que se tem verificado uma “diminuição da sazonalidade do turismo” e classificando 2017 como “um ano excelente”.

De acordo com Melchior Moreira, presidente do Turismo do Porto e Norte de Portugal, “o sub-destino [Alto Douro Vinhateiro] revela variações entre 2015 e 2016 (últimos dados disponíveis) superiores ao sub-destino Porto, nomeadamente no número de dormidas e de proveitos de aposento, em 2 e 18 pontos percentuais, respetivamente”.

Em particular, destaca “a taxa de variação dos proveitos de aposento naquele período, de 43%”, o que, frisa, “marca uma mudança profunda em curso nesta plataforma sub-regional de baixa densidade”. Salienta ainda que esta evolução “deve-se, mais do que a novas empresas, a um fenómeno de alargamento das atividades”, nomeadamente as explorações agrícolas que pretendem “dar resposta ao fenómeno turístico”.

Melchior Moreira salienta ainda que “o enoturismo é um ativo turístico de elevadíssima qualidade” na região do Douro. Para esta fileira contribuíram e contribuem os seus “agentes económicos, em particular os produtores de vinho e as quintas, que se têm modernizado e internacionalizado”.



Conhecer a história da aldeia durante o almoço com uma avó transmontana

Eduardo Pinto

Projeto turístico do Instituto Politécnico de Bragança está em fase de implementação e pretende divulgar dinamizar aldeias de povoações isoladas, mas ricas em património, usos e costumes.

Maria da Graça Afonso, 76 anos, de Agrochão, no concelho de Vinhais, é uma antiga professora primária que trabalhou em quase todo o distrito de Bragança, tendo terminado a carreira em Agrochão. É uma das duas avós que integram o projeto-piloto “Viva@avó” que o Instituto Politécnico de Bragança tem em curso através da Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo de Mirandela (EsACT). A outra é Lucinda Veloso, de 60 anos, que vive em Vila Verde da Raia, Chaves. O projeto-piloto arrancou com as duas, mas o objetivo é que o número aumente para seis avós e que abranja toda a região transmontana.

Quando explicaram a Maria da Graça o projeto em que a pretendiam integrar ainda pensou que “era para dar receitas de culinária”. Depois foi percebendo que era muito mais abrangente, que é importante para fazer o levantamento do património, sobretudo imaterial, e chamar turistas à terra.

Com o ‘Viva@vó’ pretende-se aproveitar o que há de melhor em Trás-os-Montes: “as pessoas, os seus hábitos, usos e costumes”, salienta Luís Pires, diretor da EsACT, enquanto a coordenadora do projeto naquela escola, Aida Carvalho, nota que “esta é uma excelente oportunidade para fazer o levantamento do património imaterial e partilhá-lo com os turistas”.

A função da antiga docente será apresentar a quem a procurar “o que há de melhor nesta aldeia”. Garante que “os turistas serão sempre bem acolhidos, porque as pessoas aqui são muito hospitaleiras”. E passando eles a ficar umas horas na companhia dos locais, “também se foga um bocadinho ao isolamento em

que vivem”.

Maria da Graça tem andado a elencar o património que vai recomendar a quem a procurar, mas pensa que a melhor forma de começar é explicar a designação da sua terra, Agrochão: “provém da palavra Agrochano, que significa terra boa. Ou seja, agro (terra) e chão (bom)”.

Depois, a antiga professora dirá que é obrigatório conhecer os museus, o etnográfico e o do azeite, o santuário do Senhor da Piedade e o da Senhora do Areal, a Igreja Matriz com o padroeiro São Mamede e as várias lendas que ela passou para um livro, como a do caúnho e a da fonte milagrosa que “corre gota-a-gota e nunca seca”. Para confortar o estômago dos turistas poderá sempre confeccionar “couve guisada ou alheira na brasa com batata e grelos cozidos, tudo bem regado com o bom azeite e o bom vinho da terra”.

Mas o turista não vai só comer. Vai participar na construção do espaço onde vai ocorrer a refeição, viver na aldeia durante umas horas, conhecer pessoas, participar também noutras experiências e ouvir histórias.

Toni Gomes, o presidente da Junta de Agrochão, está convencido que este projeto vai ser muito importante para dar a conhecer a terra que dirige. “Temos de divulgar o nosso rico património”, sublinha.

Mas também é uma forma de unir a povoação em torno dele. Maria da Graça já estava habituada a que os jovens se “afastem das iniciativas dos mais velhos” e deu por si a vê-los “mais integrados neste projeto”. “É bom que eles se aproximem das gerações mais antigas, porque assim aprendem connosco e nós com eles”, sorri.

O projeto “Viva@vó” resulta de uma parceria entre o Instituto Politécnico de Bragança, o Instituto Politécnico de Viana do Castelo e a empresa A. Montesinho. Tem o apoio do Portugal 2020 e da Fundação para a Ciência e Tecnologia.



Chuva de março salva culturas e garante rega

Eduardo Pinto

Precipitação de três semanas tirou o país da situação de seca extrema. Níveis das barragens estão a recuperar, mas agricultores exigem mais capacidade de regadio

Quando Nuno Rodrigues, criador de vacas no planalto mirandês, em Trás-os-Montes, desabafa que “se não tivesse chovido em março seria o fim do mundo”, está tudo dito. Lá diz o povo que “não há fome que não dê em fartura” e 2018 tem vindo a comprová-lo. Um final de fevereiro com seca extrema deu lugar, em apenas três semanas, a um país sem sede e com reservas para garantir um resto de ano tranquilo.

“As coisas estão bem em todo o território, o nível de água aumentou na maioria das barragens e já não se coloca o problema das pastagens e do abeberamento de animais, que era o que mais nos preocupava”, disse o secretário de Estado da Agricultura, Luís Vieira.

Mesmo assim, “por causa da seca e da consequente falta de pastagens”, o professor Nuno Rodrigues reduziu de 60 para 30 o seu efetivo de bovinos na sua exploração em Teixeira, Miranda do Douro. Apesar da chuva, os prados naturais “difícilmente vão recuperar e é quase impossível haver feno”, ao contrário da aveia que está verdejante.

“Por causa das perspetivas de um ano 2018 seco houve quem fizesse menos recrias para aumentar o efetivo da raça Mirandesa. Alguns criadores decidiram mesmo diminuí-lo de modo a reduzir os encargos da exploração”, diz Valter Raposo, secretário técnico do Livro Genealógico dos Bovinos de Raça Mirandesa.

O presidente da Federação das Associações de Agricultores de Trás-os-Montes e Alto Douro, Mário Pereira, está convencido que “se o tempo endireitar as coisas vão compor-se”. No final de fevereiro, as suas mais de 30 vacas não tinham o que comer fora da loja, em Izeda, concelho de Bragança. Teve de ir gastando as reservas que tinha guardadas. Depois foi preciso comprar feno e palha em Espanha. “Infelizmente temos de andar sempre a dar o dinheirito aos espanhóis”, lamenta. Dado o excesso de procura, o preço por quilo subiu de cinco para nove cêntimos, o que aumentou os custos de produção.

“A chuva que caiu foi boa, mas ainda é pouca”, prossegue Mário Pereira para quem o ideal seria vir um “abril de águas mil” e mais à frente umas “bordoadas de chuva para compor os lameiros”. É que, como recorda Valter Raposo, “o feno faz-se no cu de maio e na boca do São João”. “Há três anos que não se faz feno nenhum e se a chuva ficar por aqui o mais certo é que continue a não

haver”, acrescenta Mário Pereira.

Agora são necessários “uns dias de sol para as searas se desenvolverem” e Valter Raposo, mesmo sabendo que não pode ter sol na eira e chuva no nabal, confirma que “se durante uns tempos não chovesse não haveria problemas”. Mas “mesmo que as sementeiras não estejam feias”, Mário Pereira nota que “o olival ficou meio abanado com a seca” e por isso “tem de vir mais água para recuperar”.

No vale da Vilarça, em Torre de Moncorvo, Catarina Martins notou uma grande diferença no desenvolvimento das suas culturas. “Os brócolos cresceram três a quatro centímetros”. A chuva ainda não chega, mas “já foi uma mais-valia”, pois “ajudou a encher as barragens de regadio que já tinham níveis muito baixos”.

A fartura de chuva em março não tirou as preocupações a Nuno Martins, produtor de maçã em Carrazeda de Ansiães. “As barragens ao longo de linhas de água estão cheias, mas as outras não, e as macieiras são muito exigentes”. O concelho necessita como de pão para a boca de novos reservatórios para poder reter água.

Exigir condições de regadio deixou de ser uma preocupação exclusiva dos agricultores. Os autarcas começam a juntar a sua voz às reivindicações. Há dias, o de Valpaços, Amílcar Almeida, reivindicou veementemente ao secretário de Estado da Agricultura, Luís Vieira, apoio para construir uma grande barragem no concelho.

Segundo um estudo, “permitiria regar mais dois mil hectares”, num concelho rico em vinho, azeite, amêndoa, entre outros produtos. “Temos 55 mil hectares de extensão, 35 mil dos quais cultivados. Com água podemos aumentar para 45 mil ou 50 mil hectares”, resumiu. Luís Vieira aconselhou-o a “fazer um estudo prévio e apresentar uma candidatura do Programa de Desenvolvimento Rural”, que depois “será avaliada conjuntamente com outras”.

Nesta altura, o Programa Nacional de Regadios tem prevista uma área regada em Portugal de mais 95 mil hectares. O investimento de mais de 500 milhões de euros dará ao país condições de resiliência aos efeitos da seca e maior competitividade à agricultura nacional.

Investigadores da área do clima têm vindo a alertar que as alterações climáticas vão tornar os períodos longos de seca cada vez mais extremos e frequentes, bem como os casos de cheias, o que exige medidas de minimização do seu impacto.

Cantinho do Idoso

Olá leitores, cá estamos novamente para vos dar notícias sobre as atividades que temos feito no nosso lar.

Começamos por encenar uma peça alusiva à páscoa, escrita pelo Dr. Carlos Ramires, em que todos os utentes participaram, com uma frase sobre o tema pascal, estiveram presentes os nossos familiares que nos aplaudiram com alegria, prova de que gostaram.

No final foi servido um lanche aos presentes, tivemos a prova do folar e não só, outras iguarias mais. Foi um convívio muito interessante.

Como já estamos em plena Primavera, modificamos a decoração no salão, no hall e na nossa árvore da entrada com flores feitas por nós, onde escrevemos uma frase com o significado da Primavera para cada um de nós.

No dia 05 de Abril, também participamos no Dia da Poesia, que se realizou na Biblioteca Municipal de Carrazeda de Ansiães no período da tarde. Fomos poucos, dado ainda nos encontrarmos em fase de recuperação do prolongado e difícil inverno de que fomos alvo, mas mesmo assim demos a nossa colaboração/participação.

O Abril foi como manda o calendário... Águas mil quantas mais poderem vir... Cuadas por um mandil...

Quanto á Primavera tudo é beleza e cor... não há canto nem recanto onde não haja uma flor... Com as nossas saudações até ao próximo jornal.

